

Economia

Fórum quer recuperar salário mínimo para reativar a economia

ESTADO DE SÃO PAULO

Empresários e sindicalistas vão definir ainda o prazo e a forma como deve ser feita a recuperação

Os empresários e trabalhadores que se uniram na luta contra a recessão já chegaram a pelo menos uma conclusão unânime: é preciso recuperar o poder de compra do salário mínimo para iniciar a reativação econômica do País. Resta apenas saber os prazos e a forma como deve ser feita essa recuperação, segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli. Integrante do Fórum Capital-Trabalho, Meneguelli participou ontem da reunião da equipe de coordenação do fórum, na Cidade Universitária da USP, juntamente com os empresários Oded Grajew, do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE), e Carlos Eduardo Moreira Ferreira, vice-presidente e candidato à presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Os estudos dos quatro grupos técnicos do fórum, instalados desde dezembro para apresentar propostas, ainda não são conclusivos, segundo Meneguelli. A equipe de coordenação definiu prazo até dia 18 para que pelo menos três grupos apresentem resultados práticos: o de ciência e tecnologia, o de política industrial, agrária e comercial e o de política de rendas e modernização das relações capital-trabalho. O documento com as propostas definitivas deverá estar pronto até 21 de abril.

Os integrantes do Grupo 19 da Fiesp (formado por representantes de 24 sindicatos patronais dos setores metalúrgico e eletroneletrônico) também começaram a discutir ontem à tarde a proposta feita pelos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guaru-

lhos, de estabilidade no emprego por 180 dias, em troca da redução de jornada e de salários. As negociações, no entanto, foram canceladas depois que os empresários receberam uma notificação judicial para reinstauração do dissídio coletivo da categoria.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) convocou os empresários para uma audiência de tentativa de conciliação dia 11. O TRT atende, assim, pedido de dissídio coletivo de revisão, especialmente da 21ª cláusula do acordo coletivo dos metalúrgicos. Os trabalhadores pedem estabilidade por 180 dias, a partir do dia 8, quando termina o prazo legal da garantia de emprego dada em novembro pela Justiça.

"Foi uma atitude indelicada, que nos obriga a cancelar as negociações", explicou Celso Hahne, coordenador do Departamento Sindical da Fiesp. Na segunda-feira, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, entregou ao Grupo 19 a proposta de "jornada de trabalho flexível". Paralelamente, entrou com pedido de dissídio. "Fomos surpreendidos", disse Hahne.

Amanhã, os integrantes do Fórum Anti-Recessão, que reúne os governos do Estado e do município de São Paulo, e todas as centrais sindicais e entidades patronais paulistas, começam a analisar as propostas para as áreas de emprego, preços, custos e tributos. Deverão ser criadas câmaras setoriais para medicamentos, alimentos, produtos de limpeza, veículos, construção civil, tecidos e roupas e produtos eletroneletrônicos.